



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.311, DE 2024

(Do Sr. Jonas Donizette)

Inserir os artigos 1º-A e 5º-A na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para aumentar a proteção dos empregados de estabelecimentos financeiros não envolvidos diretamente na segurança de suas instalações.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
TRABALHO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Inserir os artigos 1º-A e 5º-A na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, **para aumentar a proteção dos empregados de estabelecimentos financeiros não envolvidos diretamente na segurança de suas instalações.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei insere os artigos 1º-A e 5º-A na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, **para aumentar a proteção dos empregados de estabelecimentos financeiros não envolvidos diretamente na segurança de suas instalações.**

Art. 2º A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar, acrescida dos artigos 1º-A e 5º-A, com as seguintes redações:

“Art. 1º-A. São vedados ao empregado de estabelecimento financeiro não contratado especificamente para a segurança de suas instalações o porte de arma de fogo ou de dispositivos de segurança, tais como spray de pimenta ou similares, e a utilização de alarme de segurança portátil.

Parágrafo único. O empregado não dedicado ao atendimento ao público em geral, desde que as condições de segurança o permitam, poderá dispor de alarme de segurança portátil ou



fixo para alerta às autoridades policiais competentes em caso de ação criminosa no interior do estabelecimento financeiro.

.....

Art. 5º-A Em caso de descumprimento, por determinação do empregador ou de seus prepostos, do disposto nos art. 1º- A, 4º e 5º desta Lei, o empregado a que for imposto o porte de materiais, equipamentos e armamentos vedados ou o transporte de valores em condições irregulares poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização, nos termos do art. 483, “c”, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”. (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tema da segurança das instituições financeiras é um dos mais importantes para fins de discussão, debate e ações no seio deste Parlamento. Nesse contexto, consideramos extremamente relevante e necessário potencializar a proteção dos trabalhadores não diretamente contratados para prover a segurança desses estabelecimentos no País.

Inúmeras reportagens e decisões judiciais dão conta das dificuldades enfrentadas por esses profissionais quando não são cumpridas normas e regras básicas por parte de seus empregadores, muitas delas baseadas no bom senso.

Julgamos necessário, então, adentrarmos o campo da imposição legal para que esses limites da razoabilidade sejam respeitados. Não se pode julgar ético e correto determinar-se a realização de tarefas, ações e trabalhos ligados à segurança, ainda que menores, a um empregado não especificamente contratado para isso e não especialmente preparado para o enfrentamento aos riscos inerentes a tais situações.

Assim é que o presente projeto de lei veda o porte de arma de fogo, de spray de pimenta ou similares e de alarme portátil de segurança por



parte dessas pessoas, justamente para se evitar que esses empregados contratados para outros fins se vejam em graves situações de risco para si ou para sua família.

O mesmo se dá quanto ao tema do transporte de valores. A Lei 7.102, de 1983, art. 4º e 5º, disciplina medidas de segurança a serem adotadas a depender do montante de recursos a serem transportados. Desrespeitar essas medidas é colocar em risco a vida de empregados, com o que não podemos concordar.

Nesse diapasão, nosso projeto de lei faz referência a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (art. 483, “c”) que autoriza a rescisão contratual, com pagamento de indenização, caso as normas anteriormente citadas sejam desrespeitadas (porte de armas, alarmes, spray de pimenta e similares e transporte de valores de maneira irregular).

Na certeza de que estamos contribuindo para a proteção de milhares de trabalhadores de instituições financeiras em todo País, pedimos apoio aos Pares para a aprovação dessa proposição legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JONAS DONIZETTE

2023-18239





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1983-06-20;7102
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943-0501;5452

FIM DO DOCUMENTO